



Votação do PL 6613 no dia 11 de abril

Ministro Ayres Britto precisa entrar na briga

O Sindjus protocolou no dia 20/3, no Supremo Tribunal Federal, um ofício solicitando ao presidente-eleito do STF, ministro Ayres Britto, que interceda junto à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para a imediata aprovação do PL 6613/09. O documento argumenta que, a exemplo do que ocorreu nos planos de carreira anteriores, somente com a interlocução do STF a negociação será garantida. Ayres Britto assumirá em breve a presidência do Supremo e foi encarregado pelo atual presidente, Cezar Peluso, de cuidar das tratativas para aprovar o PCCR.

No ofício encaminhado pelo Sindjus, a coordenadora-geral Ana Paula Cusinato explica que a firme interferência do minis-

tro "é a única forma de conseguirmos aprovar nosso plano neste primeiro semestre, visto que no segundo semestre as atividades parlamentares serão comprometidas em razão das eleições municipais". Agora é aguardar a resposta do ministro.

Compreendendo a importância do STF no processo de aprovação do PL 6613/09, o deputado Policarpo também produziu um ofício solicitando que Ayres Britto converse com os membros da CFT e líderes partidários, a fim de garantir a aprovação do nosso PCCR no dia 11 de abril. Policarpo também solicita nova audiência e a expectativa é de que o deputado seja recebido nos próximos dias pelo ministro para discutir esse processo de aprovação.



Policarpo (E) e Cleido (D) na CFT: articulações para o projeto andar

Trabalho na CFT

Os servidores que lotaram o Plenário da Comissão de Finanças e Tributação na manhã de quarta-feira (21) aplaudiram o acordo para inclusão em pauta e votação do PL 6613 no dia 11 de abril. A decisão foi debatida pouco antes do início dos trabalhos da comissão, entre o deputado Policarpo (PT-DF), Antônio Andrade (PMDB-MG) e outros membros da CFT. Costurado por Policarpo, o acordo obteve o apoio de partidos do governo e da oposição.

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), que iria apresentar requerimento de inclusão de pauta, informou que não mais o faria em razão do novo acordo. O deputado André Vargas (PT-PR), que na reunião anterior votou contra a inclusão em pauta requerida por Policarpo, afirmou que o acordo será cumprido.

"Esse acordo prova que estamos no caminho certo", avaliou o coordenador do Sindjus Cleido Vieira. "Vamos intensificar a nossa mobilização e lotar a Câmara no dia 11 de abril, para pressionar a CFT a aprovar nosso projeto. Até lá, vamos prosseguir no trabalho de visita aos gabinetes dos deputados da comissão", completou.

Denuncie

Desde o ano passado, o governo tem usado os próprios servidores do Judiciário e do MPU para apregoarem a discórdia entre nós.

A nossa categoria que, em um passado recente, testemunhou seus próprios colegas aderirem às medidas protelatórias do governo, tais como aquela audiência pública proposta pelo deputado Reginaldo Lopes em uma das sessões que poderia ter aprovado o nosso plano, pode estar certa que ouvirá colegas agorando a votação do nosso projeto no dia 11 de abril.

Esses servidores vão tentar, a todo custo, derrubar o acordo pela votação do PL 6613/09 no dia 11 de abril. Não podemos permitir que isso aconteça. Os interesses da nossa categoria devem prevalecer.

Se você está ouvindo algum colega dizendo que vai à Câmara lutar contra a aprovação ou qualquer outro tipo de atitude contra a votação do projeto pela CFT no dia 11 de abril, denuncie por meio do email aprovapccr@sindjusdf.org.br

Não podemos permitir que eles impeçam novamente a vitória da nossa categoria.

Campanha "Jornada legal é jornada igual" promete emocionar STJ

Além da movimentação extraordinária e da luta pelo PCCR, o Sindjus tem trabalhado no STJ uma campanha de sensibilização pela jornada de 30 horas semanais para todos os servidores.

Na tarde de ontem (21), os coordenadores do Sindjus Berilo Leão e Ana Paula Cusinato reuniram-se com o diretor-geral, Silvio Ferreira, para tratar da jornada de trabalho, recentemente aumentada pelo presidente Ari Pargendler para 35 horas semanais, apenas na área administrativa.

Ari Pargendler até tentou implantar 35 horas em todo o tribunal, mas os ministros

não aceitaram em seus gabinetes, sinal de que reconhecem a legalidade e a eficiência das 30 horas. Por isso, os coordenadores do sindicato vão entregar uma carta a cada ministro solicitando tratamento igual no tribunal da cidadania.

"A mesma justificativa que permite que servidores de gabinetes trabalhem 6 horas diárias e 30 horas semanais pode e deve ser adotada para servidores da área administrativa, o que faz cair por terra qualquer argumento para o recente aumento da jornada.", afirmou Berilo Leão.

Para que essa campanha dê resulta-

do é necessário que todos os servidores do STJ a abracem. Todos precisam se envolver nessa causa para que uma jornada justa e produtiva prevaleça. Para tornar essa campanha bastante visível e forte, será distribuída aos servidores uma fitinha para ser usado no braço com os dizeres jornada legal é jornada igual. É importante também que os servidores assinem o abaixo-assinado produzido pelo Sindjus por uma jornada comum. Adote essa campanha que é uma questão de justiça.

Recesso

Em desacordo com o artigo 62 da Lei de Organização da Justiça Federal (5010/1966), o regimento interno do STJ (artigo 81) prevê que o recesso de final de ano de 20 de dezembro a 1º de janeiro. O previsto na Lei é até o dia 6. No ano passado, mais uma vez, o Sindjus entrou com requerimento solicitando a adoção da Lei no que diz respeito ao recesso e novamente o tribunal desobedeceu a Lei e seguiu o regimento.

O pedido foi encaminhado à comissão que revisa o regimento interno do STJ e já há despacho da ministra Nancy Adrighi, presidenta da Comissão de Regimento Interno, favorável à alteração.

Berilo Leão questionou a Silvio Ferreira se há previsão para votação deste ponto na revisão do regimento. Ferreira informou que o presidente Ari Pargendler pretende consolidar as alterações no regimento ainda em sua gestão, que vai até setembro deste ano.

A previsão é que no próximo recesso o regimento já esteja em acordo com a Lei 5010 e o Sindjus vai trabalhar para que essa previsão se concretize.

Assine o abaixo-assinado

Exmo Sr Ministro,

Nós, servidores do STJ que não trabalhamos nos gabinetes dos ministros, queremos solicitar a Vossa Excelência que interceda junto a administração deste tribunal afim de que seja adotada uma jornada de trabalho que estimule a produtividade de todos os seus quadros, sem qualquer distinção.

Vossa Excelência tem conhecimento que a produtividade não está relacionada ao controle rígido de horas, pois os servidores de seu gabinete registram presença manualmente.

No entanto, a maioria dos servidores encontra-se engessada pelo controle eletrônico de ponto, acumulando uma série de prejuízos. Recentemente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um estudo intitulado "Indicadores-chaves do mercado de trabalho", que atesta que uma jornada de trabalho maior não implica em maior produtividade. O estudo aponta justamente o contrário.

Defendemos uma jornada de trabalho que possibilite a redução de doenças/ausências/acidentes de trabalho, que aumente o nível de concentração nas tarefas, que cresça o índice de satisfação do trabalhador, enfim, que possibilite o aumento da produtividade do tribunal e a qualidade de vida dos servidores. O maior beneficiado será o usuário do serviço público. Quanto à Administração, o tribunal contará com servidores mais produtivos e mais saudáveis (mental e fisicamente), com maior capacidade de concentração no cumprimento de suas funções e mais eficiência.

Nós estamos na campanha "Jornada legal é jornada igual" e queremos sensibilizar Vossa Excelência para essa causa que afeta diretamente milhares de servidores do STJ.

Contamos com o seu empenho nesta causa que tem o objetivo de humanizar a jornada de todos os servidores do tribunal.

Servidores do STJ